

A surpresa do embaixador brasileiro com o atraso do FMI

Ainda "surpreso" com a informação de que o board do FMI só examinará a nova carta de intenção do Brasil na segunda ou terceira semana de novembro, o chefe da assessoria internacional do Ministério do Planejamento, embaixador José Botafogo Gonçalves, juntou-se ontem, em Washington, à comitiva brasileira presente à Assembleia Anual Conjunta FMI-Banco Mundial, que começa hoje.

Para Botafogo Gonçalves, a possível rejeição pelo Congresso Nacional do Decreto-Lei 2.045 constitui assunto de competência interna e não influirá na tramitação da carta de intenção. Mas o assessor do ministro do Planejamento, Delfim Neto, reiterou, no domingo, pouco antes de embarcar para os Estados Unidos, que o governo deverá encontrar outros instrumentos para compensar os efeitos da política salarial sobre a inflação e o déficit público. Argumentou ainda que o governo precisa da aprovação do Decreto-Lei 2.045 para manter a coerência de sua política econômica, submetida à apreciação do FMI.

Embora a questão salarial seja um assunto interno, Botafogo Gonçalves não condenou as críticas do secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, à posição do Congresso de vetar mudanças nos reajustes salariais. Lembrou que Regan não tem nenhuma autoridade para interferir em decisões internas, "mas cada um diz o que quer".

O chefe da assessoria internacional do Planejamento não quis prever as implicações do adiamento, para meados de novembro, da decisão do board do FMI, fundamental para o ingresso de novos recursos externos. Pela expectativa de Botafogo Gonçalves, a aprovação pelo board da terceira carta de intenção do Brasil ao FMI deveria sair entre 20 e 28 de outubro.

A transferência da coordenação do processo de renegociação global da dívida externa para o FMI poderá, segundo outra fonte da área financeira, levar os credores privados, sobretudo os bancos norte-americanos, a antecipar o acordo com o Brasil, sem esperar a palavra final do board. A fonte ressaltou que os bancos também têm seus problemas internos com as autoridades econômicas de seus respectivos países para o lançamento dos débitos brasileiros em atraso.

Para a maioria dos bancos norte-americanos e alemães, os compromissos brasileiros em atraso implicam sanções internas, caso não haja o reescalonamento das operações. No fechamento dos respectivos balanços, no próximo dia 30, por exemplo, muitos bancos deverão retirar as dívidas brasileiras em atraso de seu ativo ou realizar provisões em valor correspondente aos atrasados.